

O papel das propostas educativas na conformação das práticas de apropriação de meio ambiente - O caso da UHE-Tucuruí-PA*

Maria das Graças da SILVA **

Introdução

A construção de um Grande Projeto de Investimento - a UHE-Tucuruí, no final da década de 1970, início do anos 80, provocou grandes transformações sociais e ecológicas nas "regiões" do sudeste paraense e baixo Tocantins. Com a formação do reservatório, 2.830 km² de florestas foram submersas, inundando inclusive, áreas não previstas no projeto técnico da concessionária. Em decorrência da submersão e da decomposição da matéria orgânica, toda a extensão do lago foi coberta por macrófitas aquáticas, avaliadas tecnicamente como o criatório primário de larvas de mosquitos, que se proliferaram de forma incontável pelas áreas de abrangência da hidrelétrica. Tal situação fez com que grupos populacionais recém-relocados¹ tivessem que conviver com uma situação inóspita, sendo que em algumas áreas chegou a inviabilizar-se permanência humana.

Nesse contexto, lutas e resistências, e conflitos socioambientais foram se constituindo. Trata-se da configuração de conflitos sociais que têm o meio ambiente como objeto, e em cuja arena estão em disputa discursos, práticas, programas de diversos atores sociais. Pois o meio ambiente apropriado pelo agente da intervenção para a implantação do seu Grande Projeto de Investimento (GPI), foi considerado como um espaço natural, desconectado, portanto das práticas socio-culturais dos atores locais.

A perspectiva do presente trabalho é a de identificar como e quando aparece na área de implantação da UHE-Tucuruí a preocupação explícita com a denominada "questão ambiental". Particular atenção será dada à incorporação do discurso ambiental a projetos que se apresentam como "educativos", seja na perspectiva dos agentes responsáveis pelo grande projeto, seja por parte de organizações locais que a este se contrapõem. Toma-se como objeto empírico as estratégias discursivas dos atores sociais que evocam a questão ambiental para justificar suas práticas e projetos, mediados em particular por propostas educativas.

Elege-se como questão central a seguinte indagação: quais os sentidos que as propostas educativas imprimem à

"questão ambiental" e à conformação das práticas de apropriação do meio ambiente na área do GPI? Procurar-se-á, em particular, identificar em que medida o discurso dos agentes do "Grande Projeto" constrói propostas educativas que despolitizam a questão ambiental. Por outro lado, verificaremos, em que medida os atores locais constituem o "ambiental" como um campo de politização em contraponto aos "programas educativos" oficiais, ou mesmo enquanto estratégia alternativa, para balizar modos de articulação de uma diversidade de sujeitos sociais, com vista à construção de modelos de desenvolvimento contra-hegemônicos na região.

A perspectiva metodológica, neste trabalho, é de tratar a questão ambiental em interação com o simbólico, por entender-se que é impossível retirar as mediações culturais de qualquer construção teórico-prática, conforme nos ensina Sahlins, (1979), quando considera que toda ação humana é mediada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além da simples lógica utilitária.

1. Enunciações discursivas de meio ambiente

Uma das dimensões do debate ambiental, caracteriza-se pela dicotomia entre sujeito e objeto. Trata-se de uma visão que qualifica-o num campo positivista, objetivista, re-

¹Pesquisa em realização na área de abrangência da Hidrelétrica de Tucuruí.
**Professora Assistente III da UEPA, Pesquisadora, Ms. em Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, e doutoranda em Política e Planejamento Urbano e Regional
¹A situação dos antigos colonos da "velha transamazônica", que tinham sido deslocados compulsoriamente para a denominada Gleba Parakanã, antiga aldeia indígena desmembrada devido à construção de um desvio na Transamazônica, é ilustrativa do fenômeno conhecido como "praga dos mosquitos", que perdura há mais de uma década. Estes colonos retomaram as mobilizações na perspectiva de serem deslocados daquele lugar. O processo organizativo das populações que se auto-denominam de "atingidas" caracterizou-se como reivindicativo. Elas mobilizaram-se para permanecerem nos seus espaços de moradia, por compensações financeiras referentes às desapropriações compulsórias e relocações para outras áreas. Os grupos sociais atingidos pela "praga dos mosquitos" retomam o processo de luta e resistência, agora por uma (re)relocação. Nessa retomada várias estratégias foram utilizadas, em escala local, de acampamentos a passeatas. Alianças com outros grupos sociais foram estruturadas com o intuito do apoio político e ou material.

duzindo o meio ambiente a sua configuração material, natural. Nela, a intervenção humana no espaço biofísico é reduzida ao seu aspecto quantitativo, subsumindo tudo aquilo que é inerente ao sujeito do ambiente. No contexto dessa dimensão, as formas de apropriação territorial se dão com base nas condições materiais tidas como objetivas nas quais o sujeito social não está referido. Logo, neste “mundo das coisas” os limites estão dados objetiva e naturalmente, e a durabilidade da base material está intimamente relacionada à eficiência técnica, às tecnologias apropriadas.

As matrizes discursivas crítico-reflexivas se contrapõem a esse mundo determinístico, no qual o mundo das coisas apresenta-se aos homens de forma equilibrada e harmônica, como possuidor de vocações naturais, e que precisam ser preservadas. Trata-se de uma representação que faz parte de um projeto conservador que reduz as formas de produção social aos princípios do utilitarismo e à lógica das vantagens materiais.

Na luta cultural pela hegemonia na definição da questão ambiental a noção de “sustentabilidade” aparece quase sempre associada as idéias de desenvolvimento e progresso. Às vezes, desenvolvimento e progresso aparecem como sinônimos. Mas tratam-se de duas coisas diversas. Segundo Gramsci (1991:44) “o ‘progresso’ depende de uma determinada mentalidade, de cuja constituição participam certos elementos culturais, historicamente determinados”. É uma idéia marcada pela possibilidade “de uma determinada mensuração quantitativa e qualitativa: mais e melhor”.

Gramsci (op. cit., p.45) considera que contemporaneamente essa idéia perdeu a sua potência no sentido democrático, pois “os portadores oficiais do progresso tornaram-se incapazes deste domínio, já que suscitaram forças destruidoras atuais tão perigosas e angustiantes quanto as do passado, como é o caso das crises, do desemprego etc., cujas recordações fazem camponeses, por exemplo, continuarem a não compreender o ‘progresso’, um progresso que vem dissociado da idéia de movimento - no sentido de aprofundamento -, e ligado a concepção vulgar de evolução”.

Na perspectiva da sustentabilidade e da preservação, em níveis mais globais, identifica-se a emergência de um movimento em torno da idéia de “conscientização ambiental”, que data, aproximadamente da década de 1960. Mas foi no início dos anos 80 que a questão ambiental se disseminou nos diversos recantos do mundo. A educação ambiental, por sua vez, tornou-se um item obrigatório dos grandes projetos de desenvolvimento.

Neste contexto, a noção de educação ambiental, através de uma multiplicidade de formas, começou a ser difundi-

da, tanto no campo formal quanto no informal da educação. A expectativa expressa nesta noção objetiva “conscientizar” a população para a preservação do meio ambiente e conservação dos seus recursos naturais em estoques suficientes para que a “geração futura” possa deles dispor.

1.1. A educação ambiental e seus conteúdos discursivos

No campo formal, o marco inaugural da “educação para o meio ambiente” foi a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, em Estocolmo, 1972. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), em 1975, atendendo recomendações daquela Conferência lançaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA)². Nesse contexto, a educação ambiental³ é considerada como “uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”⁴. Tratava-se de uma promessa de resposta para o que se convencionou chamar de “problemas ambientais”.

Percorrendo o debate sobre esta temática é possível identificar várias estratégias discursivas. Defronta-se com múltiplos recortes, em que diferentes conteúdos prático-filosóficos dão conformação a estruturas argumentativas referente àquela noção. Contudo, nem sempre as abordagens incorporam em seus contextos discursivos as contradições e problemas inerentes às sociedades de classes e às decisões políticas que lhes dizem respeito.

²Trata-se de um programa cujos objetivos, dentre outros, era de promover a educação ambiental para grupos de todas as idades através do sistema formal e informal de educação; apoiar universidades na promoção de cursos de pós-graduação em gestão ambiental; treinar e capacitar pessoas para desenvolverem seus locais de moradia, técnicas de manejo e conservação ambiental, compatibilizar perspectivas econômicas, sociais e ambientais, garantindo o progresso econômico e desenvolvimento sustentável.

³É também como um processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado num completo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente em sua volta. (Mellows apud DIAS, 1994); Para a IUCN (União Internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), trata-se de um processo de reconhecimento de valores e esclarecimentos de conceitos que permitam o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre o homem, sua cultura e seu ambiente biofísico circunjacente. Para Staap et al. apud DIAS (op. cit. p. 25) a EA é um processo que deve objetivar a formação de cidadãos cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas.

⁴Cf. a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Tbilisi 1977 apud Magalhães, 1992: 123.

BRÜGGER, (1994:33) sugere duas frentes possíveis nas quais estão sendo estruturadas essas abordagens, ambas mobilizando algum esforço teórico: uma materializada no interior das ciências sociais, cujos fatores histórico-sociais aparecem como relevantes na questão ambiental, e nos quais os aspectos técnicos e naturais são poucos, ou não considerados; a outra, que se evidencia exterior aos sujeitos, à ação histórica e simbólica dos homens, e tem sustentação nas dimensões “natural” e técnica. Trata-se de uma construção que não tem relação direta com essa ou aquela área de conhecimento, mas está pulverizada em debates de diferentes procedências.

CARVALHO, (1997:05) reconhece que há uma diversidade de discursos e valores constitutivos do campo ambiental. Todavia, considera que não só este campo se impôs, como também interpelou as práticas educativas. E neste sentido, a autora vê a educação ambiental como “um espaço privilegiado de articulação das matrizes político-culturais do acontecimento ambiental com a rede de experiências e valores do campo educativo”. Portanto, trata-se de uma educação distinta das outras modalidades cujo *locus* privilegiado para a sua produção e reprodução são os movimentos sociais.

Esta autora considera que a construção, a partir de determinadas representações, encerra uma escolha política, e reconhece a possível dualidade da educação ambiental. Pois ela pode ser trabalhada não só através de uma vertente emancipatória, a qual pode dar consistência a “um projeto político-pedagógico vinculado a uma cultura política libertária (...)”, como por um eixo pedagógico realista e ou privatista, “que celebre o presente como ponto estático de chegada”. Trata-se de uma vertente que pode ser identificada no interior da abordagem na qual os aspectos técnicos e naturais são os mais relevantes, e os fatores históricos valem apenas pelo que são no presente⁵.

Mas existem aquelas abordagens que inserem-se no contexto das velhas teorias comportamentalistas, em cuja matrizes está incorporada a lógica da mudança comportamental. Nesta perspectiva e sob a hipótese da homogeneidade cultural, a Educação Ambiental expressa-se num horizonte “realista”, “condutivista”⁶. Portanto, não se configurando como um avanço pedagógico e político.

No que refere-se à noção *Educação Ambiental*, considera-se que enquanto construção discursiva insere-se no contexto de uma luta por sua hegemonia cultural e política, mas também num *campo de poder*⁷. Porque as problemáticas referentes à temática se estruturam numa lógica de luta política e de hegemonia cultural. Sendo assim, conforme sugere.

BOURDIEU (1989:50) configuram-se como “um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas,

no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservação ou transformação da estrutura”.

Nesse campo de forças evidencia-se o marco fundamental da perspectiva política da EA. Pois enquanto tal, incorpora um projeto de construção histórica, conforma uma concepção ampla, para além das dimensões tecnicista ou comportamentalista, e com possibilidade de transformação social. Ela configura-se a partir das contradições objetivas e em contexto de luta política. Logo, encerra a possibilidade de promover a relação dialética entre contradições objetivas, mobilizações e organização das forças sociais.

Nessa perspectiva a EA incorpora-se também às práticas de grupos sociais dominados, e potencializa o seu projeto cultural. Ela contribui para que grupos populares (re)descubram o seu papel de protagonista transformador, a partir de uma realidade que lhes sejam comum. As suas organizações passam a se constituir em espaço nos quais são discutidas as estratégias de confronto e a elaboração de projetos alternativos aos modelos hegemônicos. Sendo assim, a participação política dos grupos de populações passa a ser uma consequência do processo de mobilização.

Daí que os grupos organizados sustentem que a educação ambiental não demanda necessariamente a existência de instituições formais para ser implementada, sendo necessário apenas interagir “com o mundo do trabalho, da cidadania e da comunidade ...”⁸. Trata-se assim de um tipo de educação que pode ser deslançada pelos movimentos populares através de suas redes de relações educativas informais: sindicatos, associações, colônias de pescadores, cooperativas, família, comunidade, Igreja, grupos ambientalistas etc., uma vez que são entidades que já têm uma prática de promover e ou participar de atividades político-sociais. Sendo assim, a EA configura a sua função política, e fortalece o seu significado social.

⁵Ao contrário da perspectiva de CASSIRER, E., 1994 que considera que os fatos históricos do passado são revigorados no presente, recriando seus valores culturais para que possam ser divulgados no futuro, através de um movimento constante.

⁶Trata-se de uma noção vinculada aos princípios do “condutivismo”, tradução do vocábulo inglês *behaviorism*, cunhado por uma escola de psicologia, que atem-se ao estudo do comportamento externo e descarta a *consciência* como hipótese.

⁷Para BOURDIEU, P. (1996:52) o campo de poder se diferencia do campo político, por tratar-se de um espaço de relações de forças entre os diferentes tipos de “capital” ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão. Trata-se de uma noção que o autor criou para dar conta de efeitos estruturais que não podem ser compreendidos de outro modo.

⁸Cf. CEDI/CRAB, 1994: 10.

Esta é também uma das possíveis formas de perceber e pressupor a EA, uma representação que além de articular significações sociais próprias de *meio ambiente*, evidencia os limites das abordagens reducionistas e comportamentalistas, que propõem uma EA a serviço de interesses e valores conservadores: adestrar as populações e despolitizá-las, conservar os recursos naturais para que o capital possa dispor de seus estoques.

2. Ação política e a Incorporação do campo ambiental

A luta dos que se auto-denominam “atingidos por barragem” em Tucuruí, que até 1981, estava restrita aos *vazanteiros*, no município de Itupiranga, área a montante da barragem, ampliou-se a partir de 1984. Tratava-se de um conflito social que vinha se retroalimentando, constituindo-se em fator substantivo de mudanças na dinâmica política local.

Através de diversas formas organizativas - associações, sindicatos de trabalhadores rurais, colônia de pescadores, cooperativas -, o movimento vem, ao longo destes anos, procurando traçar os contornos de uma proposta alternativa de desenvolvimento⁹. São práticas associadas de agricultura, pesca artesanal, extrativismo vegetal, experiências¹⁰ que vão sendo construídas coletivamente.

No palco desse movimento, atores locais têm demonstrado maior lucidez acerca da função e posição que assumem no processo político de transformação da realidade local. O que se configura na possibilidade de formulação de uma representação do espaço social em que vivem, que dá conta da distribuição de poder, dos privilégios e dos interesses heterogêneos expressos nesse espaço. Não obstante esse entendimento político ainda se constituir uma representação em construção, ele parece sublinhar a formação de consciência desses atores acerca da ação interventora do Estado, como uma das expressões do poder dominante. Esse processo de conscientização vem sendo constituído no palco das lutas sociais, onde um movimento permanente de negação desta ação, e projeção dos grupos populares através das lutas e dos conflitos, se materializa. O movimento nega o modelo de desenvolvimento proposto para a região. A *negação* configura-se como a oposição das populações locais, que se consideram atingidas, às forças dominantes, e expressa as contradições da intervenção. Nessa perspectiva assume um sentido político para além do Estado, ou seja, “uma relação com os interesses dos grupos e das classes, com suas lutas”.¹¹

Este movimento através dos processos de enfrentamento e negociação com o Estado conseguiu elevar seu poder de barganha política e obter alguns resultados interessantes. As suas organizações passaram a não mais aceitar, deslegitimando, através de várias ações configuradas como de resistência, os recursos coercitivos utilizados pelas diversas agências governamentais que atuam na área, como, por exemplo o Ibama, Eletronorte, Inkra e prefeituras locais. Essas populações que, mesmo tendo sido afetadas pelas ações estatal, como, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica, passaram a viver durante anos sob o controle e a dominação institucional, e em muitas ocasiões foram punidas de forma violenta¹² (física e simbolicamente) por terem se contraposto às diretrizes reguladoras de desocupação do espaço para a construção da obra, ou por rejeitarem os critérios e cálculos utilizados para indenizar suas terras e benfeitorias.

Nessa perspectiva, o “movimento dos atingidos”, em seus protestos contra a provisão dos benefícios prometidos, que sequer compensaram monetariamente a desestruturação e impactos ocasionados pela implantação da Hidrelétrica, e ao se contraporem à dominação acabaram por provocar mudanças nas estratégias discursivas e práticas dos agentes da intervenção, que além da pressão do

⁹Atualmente a mobilização dos grupos de populações locais, através de suas várias entidades de representação, não se faz mais na perspectiva de manter condições de vida pré-existentes à construção da barragem, como foi o seu objetivo no início da luta, embora mantendo seu caráter reativo, passou a postular, não só políticas de proteção e preservação das condições ambientais, como também, a socialização de benefícios gerados pela UHE-Tucuruí, ou seja, políticas públicas que atendam necessidades demandadas pelo movimento na área da saúde, educação, de construção ou conservação de vicinais, de eletrificação rural, linhas de crédito para o pequeno produtor, dentre outras.

¹⁰Não no sentido limitado de “experimento de laboratório” que possam se repetir por simples multiplicação numa outra escala. Mas, como instrumento pedagógico e estratégias de mobilização sociopolítica. Ou, no sentido empregado por Thompson (1978:112), tal seja, como mediação entre o *ser social* (as vivências, as relações determinadas de homens e mulheres em sua vida material) e a *consciência social* (a auto-consciência destas relações). Para ele a experiência influencia a cultura (as experiências na vida material são aprendidas pelas pessoas culturalmente), os valores e o pensamento.

¹¹Cf. Léfevre, (1979:13)

¹²Como, por exemplo, o espancamento de camponeses por ocasião dos acampamentos em frente ao portão da Eletronorte; a convivência por um longo período com a hostilidade, doenças e prejuízos materiais causados pela denominada “praga dos mosquitos” decorrente da submersão da floresta quando da formação do reservatório; as indenizações consideradas injustas pelos “atingidos”; a ação do Ibama e Polícia Federal, que na tentativa de promover a desocupação das denominadas “ilhas”, queimavam barracos, utilizavam-se agressões físicas e prisões consideradas arbitrárias de grupos de populações, que utilizando-se como justificativa o fato de suas terras terem sido alagadas pela Eletronorte, passaram a ocupar aqueles espaços físico-geográficos singulares.

movimento local sofreram influência, pressão de atores internacionais por via dos novos recursos telemáticos¹³.

Foi denunciando e visibilizando as ocorrências no campo socioambiental - ainda que tenha, durante todo o tempo havido obscurecimento da responsabilidade política dessas situações -, que o movimento conseguiu espaço para buscar legitimidade, não só junto as suas bases como também perante a sociedade em geral, e utilizá-las como recursos de barganha.

Segundo Scot (apud Levi, p.90) que realizou estudo acerca das várias formas, rotineiras e diárias, de resistência dos camponeses na Malásia contemporânea, o abandono de uma postura submissa de populações nativas em relação aos *arranjos institucionais*, além de se constituir em uma “arma dos mais fracos” pode provocar alterações nas estruturas discursivas e práticas de agentes hegemônicos a medida que, em geral, expõe o poder efetivo daqueles que implementam as regras institucionais. É possível que no caso das agências estatais, diretamente envolvidas com os problemas decorrentes da construção da barragem, não tenha havido uma diminuição de seu poder, mas é possível admitir que essas agências tiveram que redimensionar procedimentos e alterar suas posturas na relação social com o movimento popular, que hoje articula forças de diversas identidades em defesa de projetos cuja referência é territorial.

Todavia, tem-se claro que todo esse confronto, conflitos, resistência e abertura de espaços à negociações não teriam adquirido consistência político-social se a conjuntura política do país, principalmente no que refere-se ao seu formato democrático, e o estabelecimento de uma nova ordem mundial não estivesse sendo protagonizadas. O discurso ambiental, por exemplo, que mesmo feiticizado por alguns grupos de ambientalistas, vindo de fora via financiamentos internacionais, passou a ser internalizado nas relações de poder, tanto pelas instituições governamentais como pelo movimento social.

As agências multilaterais começaram a condicionar o repasse de incentivos financeiros e ou empréstimos à “preservação do meio ambiente”. Nessa perspectiva, a “questão ambiental” começou a ser incorporada às estratégias discursivas dos distintos atores partícipes do processo. Para as organizações locais além de aumentar o poder de barganha, constitui-se em um novo recurso para aqueles que tiveram suas condições de trabalho e culturais desestruturadas com a construção do Grande Projeto de Investimento.

Foi a partir de 1996, que o movimento de resistência

mudou suas estratégias de luta. Construiu novas alianças, como, por exemplo, com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), explicitando a incorporação do *meio ambiente* através de suas estruturas discursivas, denunciando a ação predatória da concessionária e dos grandes proprietários. Caracterizando dessa forma um novo contexto na dinâmica da luta social na área.

A “questão ambiental” passou a ser uma referência no âmbito da luta. Ela tornou-se uma preocupação explícita, expressa nas estratégias discursivas, nas ações, nos programas e nas práticas dos distintos atores. Portanto, os atores sociais evocam o ambiental para justificar suas práticas e projetos, mediados em particular por propostas educativas.

3. A Formulação de propostas educativas: a estrutura argumentativa dos discursos e práticas

Indicações preliminares sugerem que os esquemas de percepção dominante consideram que: a lógica das práticas das populações locais evidencia comportamentos de destruição, devastação e degradação, ou seja, expressa comportamentos ruins, inadequados, decorrentes de um saber inculto; a população estaria desqualificada para encaminhar sua relação com a natureza e cuidar de sua reprodução material e sociocultural. A partir dessas percepções, criam-se programas, definem-se propostas equacionadoras da assim construída problemática ambiental. Estruturam-se argumentos, pressupondo que todos, supostamente, seriam levados ou convergiriam para práticas e usos de um padrão técnico que garanta a “proteção ambiental” - “desenvolver sem destruir”.

Para o sucesso desse pressuposto, os programas governamentais consideram indispensáveis elevar o nível de educação das populações locais; incorporar no seu cotidiano um novo padrão de “comportamento ambiental”. Propõem a *Educação Ambiental* como instrumento de conscientização pública no contexto da temática da proteção; como um caminho, para reverter o quadro de degradação ambiental, sem que se considere as situações que para tal quadro os próprios agentes da intervenção forneceram.

Essas estruturas argumentativas evidenciam visões

¹³Foi, por exemplo, através do avanço da tecnologia informacional que o movimento em articulação com a Igreja Luterana, pôde denunciar a inúmeros países as situações de degradação ambiental provocada pela submersão de grande extensão de áreas de vegetação nativa e de floresta, a proliferação de mosquitos e a ação de pistolagem e violência de grandes proprietários em áreas onde foram (re)relocados grupos de populações deslocados compulsoriamente.

consensualistas, reducionistas ou agregadoras. Tratam-se de estratégias discursivas que negam as diferenças (geradoras de conflitos); consideram grupos desiguais, diferenciados pelas relações de forças, como iguais; homogeneizam os esquemas de percepção e não consideram os outros modos de pensar, obscurecendo que os mesmo são, eles próprios objetos de luta. A educação ambiental é reduzida a perspectivas tecnicistas, comportamentalistas, e com a finalidade de assegurar a hegemonia do grande projeto; o meio ambiente é único, auto-evidente, passível de ser apreendido diretamente da realidade, porque está oferecido objetivamente. Trata-se de um modelo idealizado, que aponta para práticas disciplinadoras dos atores locais, e que reduz o potencial da “questão ambiental” enquanto portadora de distintos projetos socio-culturais e políticos.

Nesse sentido, a prática protetiva é dada, sem que seja questionada ou qualificada, quanto à utilidade social dessa proteção; que formas de apropriação, intensidade das práticas e usos comporta esse mundo material supostamente a ser protegido? Como unificadora e consensualista, esta educação ambiental afasta o projeto da dinâmica social complexa.

Numa perspectiva distinta dos esquemas de percepção dominante, o movimento de resistência procura construir as suas representações de meio ambiente no contexto das relações sociais e como objeto de conflito. Enquanto esquema alternativo à dominação, constrói alianças, inventa discursos através de experiências compartilhadas, delinea outras configurações territoriais. Nestes esquemas, o recurso à noção de meio ambiente integra estratégias de politização e de construção de modelos alternativos de desenvolvimento. Insere a EA na luta diferenciada em oposição à proposta educativa dos agentes interventores.

Nestes esquemas de percepção alternativos, elaborados pelo movimento, o meio ambiente é construído enquanto resistência à intervenção, elemento estimulador da organização social, no sentido da democratização do acesso ao mundo material, e articulado com a preservação cultural de modos de vidas locais.

Através de evidências empíricas referentes a processos sociais e políticos é possível identificar dois campos de construções discursivas. Eles expressam as distintas estratégias de incorporação do discurso ambiental, dando conformação às práticas sociais territorializadas: de um lado, um campo de ambientalização das lutas e dos processos sociais de atores locais, cuja identidade é marcada pela dimensão territorial, através da qual, vêm incorporando, embora nem sempre de maneira explícita, a representação ambiental de seus territórios; de outro, proposições políticas territoriais de governo, quase sempre sob a égide de agentes externos, com forte

tendências despolitizadoras de populações locais, e na perspectiva de assegurar a hegemonia do “progresso”. Neste contexto o político assume um papel crescentemente relevante, enquanto poder estruturante.

No campo da análise concreta destas distintas estratégias é possível compreender mais criteriosamente as formas através das quais os territórios vão sendo requalificados; quem são os diferentes sujeitos e instituições sociais que têm promovido esses processos, e que estratégias econômicas, políticas e de significações estão sendo acionadas para fazer face as diferentes proposições.

A educação ambiental proposta pelas esferas estatais é resignificada pelo movimento de resistência. Pois o conteúdo de suas propostas alternativas manifesta-se contrário àqueles argumentos, sem considerar ou desconhecer o que preconiza os programas governamentais, já que estes não foram com as populações discutidos, pois através de suas várias formas organizativas, elas têm procurado construir projetos que apresentam como traços comuns, identidades e práticas sociais territorializadas. Tratam-se de esforços coletivos articulados, que exploram a diversidade, valorizam as experiências cotidianas e buscam o fortalecimento de suas formas organizativas, na perspectiva de consolidar a legitimidade política do movimento de resistência junto às suas bases sociais.

4. Para não concluir

Percebe-se então, que a educação ambiental, enquanto estratégia argumentativa é passível de múltiplas formulações, e o meio ambiente em sendo construído socialmente assume diferentes significados e sentidos, e que foi na dinâmica da luta e através do intercâmbio com sua rede de sociabilidade, que o movimento de resistência incorporou o “ambiental” nos seus discursos e nas suas práticas, dando-lhe significado próprio.

Portanto, do ponto de vista político-social, o Estado - sem desqualificar a sua centralidade social e política -, não é mais o único ator no palco das representações que assume o meio ambiente: nele existem uma diversidade de atores sociais cujas motivações e significações não são homogêneas, mas marcadas pela diversidade. Uma diversidade que na sua essência evidencia contradições e antagonismos. Daí a disputa marcante nas estratégias discursivas. A perspectiva dos movimentos organizativos das populações locais em sua resignificação das iniciativas de Educação Ambiental procura romper com discursos normativos e disciplinares que, na maioria das vezes, permeiam os projetos de atores hegemônicos.

4. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. *Planejamento Autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de po-*

- pulações em Tucuruí. In Revista de Administração Pública.*
Rio de Janeiro: 25(\$): 53-58, out./dez., 1991
- ACEVEDO MORIN, R. *Hydroélectrique de Tucuruí: réorganisation sociale des paysans de la Région des Iles à Tucuruí.*
Belém: UFPA/NAEA, s/d. (mimeo.)
- ATLAN, H. *Entre o Cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo.* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1992
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989
- BRÜGGER, P. *Educação ou Adestramento ambiental?* Florianópolis/SC: UFSC:1994 (Dissertação de Mestrado)
- CNAL. *Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.* Brasília: MMARHAL/SCAAL: jun./1995 (mimeo)
- CARVALHO, I. C. *Educação, meio Ambiente e Ação Política. IN Meio Ambiente e Democracia.* Rio de Janeiro: IBASE, 1992
- ELETRORÁS. *Contexto econômico, energético e ambiental e o setor elétrico na Amazônia.* Rio de Janeiro: ago, 1991
- GRAMSCI, A *Concepção Dialética da História.* Trad. Nelsom Coutinho. RJ: Civ. Brasileira, 1991 . *Governo do Estado do Pará. Plano Estadual Ambiental.* Belém: SECTAM, dez., 1996
- LEFEVRE, H. *Sociologia de Marx.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979
- SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- VAINER, C.B & ARAÚJO, G. B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.* Rio de Janeiro: CEDI, set. 1992
- WACQUANT, L. J. *O retorno do realçado. Violência Urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas.* In *Revista brasileira de CS.* Ano 9 Nº. 24, fev./1994